

Justiça manda retirar ciclovia no Centro de Montenegro

Prefeito diz que não foi comunicado mas vai recorrer

DÉBORA ERTEL

Montenegro - A Justiça determinou que a prefeitura de Montenegro desfaça as obras da ciclovia que foi instalada na Rua Capitão Cruz, no Centro de Montenegro. A decisão é da juíza da 2ª Vara Cível de Montenegro, Deise Fabiana Lange Vicente, e atende ao pedido do Ministério Público que ingressou com processo contra o município. O Executivo tem 15 dias para deixar as Ruas Capitão Cruz e Antônio Marques (prolongamento da Capitão Cruz) nas mesmas condições em que estavam antes da instalação do corredor. Caso a medida não seja cumprida, será aplicada multa pessoal de



OBRA: ciclistas e fluxo de veículos dividem espaço

R\$ 100 mil ao prefeito Paulo Azeredo. O prefeito informa que ainda não foi comunicado oficialmente, mas que vai recorrer. Segundo o MP, a obra não teve prévia manifestação do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito, conforme determina a lei municipal. Além disso, no

início da implantação do corredor de bicicletas, não havia um responsável técnico pelo projeto e pela execução, o que gerou multa do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea). Conforme a juíza, a obra não separa por completo o ciclista do fluxo de veículos.

Para prefeito, cidade é quem perde

Para o prefeito Paulo Azeredo, quem sai perdendo é a cidade, caso a ciclofaixa, instalada na Rua Capitão Cruz, seja desfeita. "A ciclovia permitiu que os ciclistas parassem de ziguezaguear entre os carros e tivessem o mínimo de segurança possível. A mobilidade urbana é que sai perdendo com isso", lamenta. Azeredo informa que foram gastos R\$ 80 mil para instalar 1,5 quilômetro de ciclovia. De acordo com ele, é um dos custos mais baratos do Brasil neste tipo de empreendimento.

AÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O MP também alegou que não houve estudo técnico de viabilidade quanto aos impactos no sistema viário, nem mesmo consulta popular, tratando-se de ato de império (aquele que a Administração impõe) do poder público. Ainda, segundo os promotores de Justiça, a falta

de planejamento da ciclovia ocasionou congestionamentos, principalmente por conta do fluxo intenso de caminhões e ônibus. Entre outras coisas, também foi destacada a dificuldade de acesso do Corpo de Bombeiros para atender emergências no local.

DECISÃO DA JUÍZA

Segundo a juíza da 2ª Vara Cível de Montenegro, Deise Fabiana Lange Vicente, as provas apresentadas pelo MP apontam que a obra possui ilegalidades desde o início. Inclusive, uma liminar anterior já havia determinado a paralisação das obras. A juíza destacou que o prefeito continuou com as obras, apesar de ter sido advertido sobre as irregularidades. Como problemas causados pela ciclofaixa, a juíza citou a exposição a perigo da população, dificuldade de acesso em situações de emergência, ausência de áreas de escape e falta de segurança nos cruzamentos. Conforme o MP, o total da obra foi orçado em R\$ 118 mil.

CICLISTAS PRETENDEM PROTESTAR

O ciclista e empresário Dairon Rodrigo Nicolau participa da Associação Ciclista de Montenegro (Aciclomont) e pretende, com o apoio de outros ciclistas, organizar um protesto na próxima semana contra o

desmanche do corredor para bicicletas. Para Nicolau, a obra é uma conquista para os ciclistas. "De maneira alguma o lugar é perigoso, pois esse é um espaço exclusivo para quem anda de bicicleta", diz.